



Prefeitura de Santana da Vargem - MG
Motorista

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados.....	1
Conhecimento da língua: ortografia	5
Acentuação gráfica.....	6
Pontuação	8
Masculino e feminino; antônimo e sinônimo; diminutivo, aumentativo.....	13
Divisão silábica	14
Exercícios	15
Gabarito.....	26

RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio verbal.....	1
Raciocínio sequencial (sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras);	2
Raciocínio Espacial e Raciocínio Temporal. Comparações. Calendários.	9
Numeração. Contagem, medição, avaliação e quantificação	13
Simetria.	21
Questões envolvendo o entendimento das estruturas lógicas de relações entre pessoas, lugares, coisas ou eventos;	26
problemas sobre as quatro operações fundamentais da matemática.....	26
Exercícios	28
Gabarito.....	33

LEGISLAÇÃO

Lei Complementar Municipal nº 22, de 31 de março de 2022	1
--	---

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



Raciocínio Lógico

O raciocínio verbal lida com problemas de lógica quase que totalmente escritos, abordando geralmente a negação de certas frases que podem parecer óbvias mas que muitas vezes nos pregam peças.

Podemos nos perguntar se a lógica, em geral, não é estabelecer símbolos para traduzir estas frases. Sim! A diferença é que negar certas frases podem fazer sentido verbalmente, mas devemos nos ater a lógica em si e buscar então absorver isso ao nosso raciocínio.

Uma importante ferramenta neste momento são as Leis de Morgan:

1ª lei de Morgan

$$\neg(p \wedge q) = (\neg p) \vee (\neg q)$$

2ª lei de Morgan

$$\neg(p \vee q) = (\neg p) \wedge (\neg q)$$

Exemplo:

p: João dirige

q: a capital do mundo é Itapeva.

$p \wedge q$: João dirige e a capital do mundo é Itapeva.

Vamos negar esta proposição. Num primeiro momento, podemos estar inclinados a responder que a negativa seria João não dirige e a capital do mundo não é Itapeva. Mas a 1ª Lei de Morgan nos sinaliza que está errado¹. Devemos, negar as proposições simples e trocar o nosso conectivo. Se estava e, agora precisa estar ou.

Assim, a negação da frase seria: João não dirige **ou** a capital do mundo não é Itapeva. Diferença sutil, mas muito importante.

$p \vee q$: João dirige ou a capital do mundo é Itapeva

Vamos novamente negar esta frase. Da mesma forma da anterior, nosso senso pode nos levar a responder que a negação seria João não dirige ou a capital do mundo é Itapeva. Mais uma vez, pela 2ª Lei de Morgan, temos que a negação se trata de João não dirige **e** a capital do mundo não é Itapeva.

Podemos então estabelecer que para negar logicamente uma frase verbal, devemos não só negar suas partes, mas também inverter seu conectivo. Se antes estava e, deve se tornar ou na negação. Igualmente, se antes estava ou, deve se tornar e.

Outra negativa importante, não abordada diretamente pelas Leis de Morgan, é a negativa de “se...então...”.

Se João dirige, então a capital do mundo é Itapeva.

Como iremos negar esta proposição? A ideia aqui é manter a primeira proposição e negar a segunda, retirando os termos “se” e “então”. Ficamos então com a negativa: João dirige e a capital do mundo não é Itapeva.

Neste exemplo, vemos que essa questão é menos intuitiva comparada àquelas que são abordadas pelas Leis de Morgan, mas novamente, sendo bem absorvidas, farão sentido e evitarão erros na resolução das questões.

¹ Repare que as Leis de Morgan se tratam de equivalências lógicas. Caso se interesse em ver essas igualdades, veja o tópico equivalências lógicas.

**LEI COMPLEMENTAR Nº.022, DE 31 DE MARÇO DE 2022**

“Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem/MG”.

A Câmara Municipal de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º. Esta Lei Complementar institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Santana da Vargem.

Art.2º. Os cargos, empregos e funções públicas deverão ser criados por Lei, com denominação própria, número certo, carga horária e jornada de trabalho definida, atribuições específicas e com os valores determinados, observada a competência privativa no âmbito de cada Poder, sob pena de nulidade.

Art.3º. Os cargos da Administração Pública Municipal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, serão organizados em carreira de acordo com Lei específica.

Parágrafo único. São considerados cargos de carreira aqueles que possuem instrumentos de valorização pecuniária de acordo com o tempo de exercício efetivo do cargo.

Art.4º. É proibido o exercício gratuito de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos previstos em lei.

Art.5º. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros nos termos de Lei Federal.

TÍTULO II**DOS CARGOS PÚBLICOS**

Art.6º. Os cargos públicos serão para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

SEÇÃO I**CARGOS EFETIVOS**

Art.7º. Cargo efetivo é aquele cujo requisito para investidura seja a aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

SEÇÃO II**CARGOS COMISSIONADOS**

Art.8º. Cargo comissionado é aquele cuja nomeação e exoneração pode ocorrer livremente, não necessitando aprovação em concurso público.

§1º. Os cargos comissionados destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

I – atribuições de chefia são aquelas atreladas a funções de comando, de liderança, de gerenciamento de pessoas. Determinam como e a forma que determinado órgão atuará para atingir a sua finalidade;

II – atribuições de direção são atreladas a atividades que garantam que as ordens da chefia sejam efetivamente cumpridas, devem se responsabilizar por gerenciamento de departamento, setores, unidades;

III – atribuições de assessoramento se caracterizam pelo suporte direto a direção, à chefia e aos agentes públicos.

§2º. A Lei definirá uma percentagem mínima de cargos comissionados que devem necessariamente ser ocupados por servidores públicos efetivos.